

ACTA N.º 27

**REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 09
DE DEZEMBRO DE 2010:**

----- No dia nove de Dezembro do ano dois mil e dez, no Salão Nobre do edifício da Câmara Municipal de Mealhada, reuniu o Executivo Municipal, sob a presidência do Senhor Carlos Alberto da Costa Cabral, Presidente da Câmara Municipal. Estiveram ainda presentes na reunião a Senhora Vice-Presidente, Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro, os Senhores Vereadores António Miguel de Miranda Ferreira, Júlio Manuel dos Santos Penetra e José Carlos Calhoa Morais, e as Senhoras Vereadoras Maria Leonor Reis Lopes e Arminda de Oliveira Martins. -----

----- Secretariou a reunião a Chefe de Divisão Administrativa e Jurídica, Cristina Maria Simões Olívia. -----

----- Uma vez declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Câmara, pelas 14 horas e 30 minutos, deu-se início ao período antes da ordem do dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1) O Senhor Vereador Calhoa Morais interveio para dar os parabéns ao Senhor Carlos Rosa pela obtenção da licença de concessionário da Renault Trucks no Concelho da Mealhada. Felicitou também a Fundação Bissaya Barreto pelo início da remodelação do Grande Hotel do Luso, assim como a empresa Certivias pela instalação no Concelho, tendo desejado felicidades na obtenção da marca concessionária da Caterpillar no Concelho da Mealhada. -----

2) O Senhor Vereador Júlio Penetra interveio para informar que no próximo sábado vai ser feita a mudança da Escola de Fim de Semana dos Imigrantes para a antiga escola primária de Sernadelo, que é uma escola centenária inaugurada em 1910. -----

3) A Senhora Vice-Presidente interveio para informar da assinatura do contrato

para a elaboração da Agenda 21 Local, na próxima 2.ª feira, dia 13 de Dezembro, com a Universidade de Aveiro. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

Foram de seguida tomadas as seguintes deliberações: -----

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta da reunião anterior (Acta n.º 26), após se ter procedido à sua leitura. -----

ATENDIMENTO DO PÚBLICO: -----

1) Compareceu na reunião o Senhor Dr. Miranda Veiga, tendo dito pretender ditar para a acta o texto de uma 2.ª via de um documento já antes apresentado na Câmara Municipal. O Senhor Presidente respondeu que o Senhor não podia ditar o que quer que fosse para a acta, pois essa era uma competência dos membros do Executivo Municipal, e que o que poderia fazer era entregar o documento em causa. -----

O Senhor Dr. Miranda Veiga voltou a intervir afirmando ter sido injuriado pelo Senhor Presidente da Câmara no dia 19 de Agosto do corrente ano, tendo dito ter sido chamado várias vezes de mentiroso e que nada ficou a constar da acta. Acrescentou que o Senhor Presidente teria que assumir a injúria. Disse ainda ter perguntado ao Senhor Presidente se a sua nora tinha trabalhado na Câmara Municipal, e que a resposta foi negativa, quando, disse, é público que esteve na Câmara a fazer um POC. Disse que queria saber que funções é que a mesma desempenha na Fundação da Mata do Bussaco, que é financiada pelo Estado. O Senhor Presidente perguntou ao munícipe se tinha mais alguma coisa a acrescentar, tendo o mesmo respondido que queria uma resposta por parte do Senhor Presidente, tendo este retorquido que o assunto não lhe merecia qualquer resposta. -----

O Senhor Dr. Miranda Veiga fez entrega de uma 2.ª via do documento que começou por referir na sua intervenção, intitulado "Redacção das actas das reuniões públicas da CMM". -----

2. ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO PARA 2011: -----

A Câmara Municipal analisou o Orçamento e Opções do Plano para 2011. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para referir que o Orçamento e Opções do Plano para 2011 submetido à apreciação da Câmara Municipal é o orçamento possível, atendendo à redução das transferências do Estado, na ordem dos 2 milhões de euros. Deu de seguida a palavra à Senhora Vice-Presidente, responsável pelo Pelouro Financeiro. -----

A Senhora Vice-Presidente disse que o Orçamento apresentado é o reflexo de uma estratégia que tem vindo a ser seguida há dois mandatos. Frisou que o orçamento é um "ponto de partida", condicionado pelo cumprimento de algumas regras, nomeadamente a que proíbe a inscrição de verbas ainda não formalmente aprovadas em sede de financiamento comunitário. Informou que se encontram em apreciação candidaturas envolvendo mais de 1 milhão de euros, não tendo sido dotadas as correspondentes rubricas da despesa com esses valores por tal não ser legalmente possível. Referiu que a principal preocupação é a de criar as rubricas a fim de permitir a concretização dos projectos, quando tal for viável. Saliou que as prioridades da Câmara estão bem definidas; são a Educação, o Desenvolvimento Económico do Concelho e a Acção Social. Acrescentou que há outros projectos importantes, como seja o da construção do novo edifício municipal, que sendo uma necessidade indiscutível, uma vez que a articulação entre os diferentes sectores é dificultada pelo facto de encontrarem fisicamente separados, o que acarreta prejuízos em termos da eficiência dos serviços, não é, ainda assim, uma prioridade. -----

O Senhor Vereador António Miguel Ferreira apresentou a seguinte intervenção escrita: -----

I – NOTA INTRODUTÓRIA -----

O Orçamento e Opções do Plano para 2011 veio revelar a quase totalidade das preocupações que o PSD havia manifestado na reunião ao abrigo do Estatuto da Oposição. ----
Os documentos previsionais que hoje aqui analisamos são o espelho da crise económica que se instalou no nosso País e a que o Município da Mealhada não conseguiu furtar-se aos seus efeitos. -----

O que aqui hoje analisamos não é o Orçamento que desejaríamos mas o Orçamento que nos deixaram ter. O Orçamento e Opções do Plano para 2011 não é o Orçamento do Município da Mealhada mas é o Orçamento que o Governo socialista nos deixa ter. E é por causa deste

Governo que o Município da Mealhada não poderá no próximo ano desenvolver-se como todos desejaríamos, é por causa do Governo que nos últimos anos desbaratou o dinheiro dos contribuintes e destruiu a economia portuguesa e levou milhares e milhares de cidadãos à pobreza que o Município da Mealhada deixará de levar avante obras e projectos fundamentais para o crescimento sustentado do nosso concelho. -----

Será por causa do Governo do Eng. José Sócrates que teremos que adiar a criação da Plataforma Rodo-Ferroviária da Pampilhosa, será igualmente por culpa d seu Governo e das burocracias das Comissões de Coordenação Regionais que não poderemos levar avante as Zonas Industriais de Barcouço e Barrô. Será por causa do Governo Socialista que a Município da Mealhada terá que colocar um travão na construção dos Novos Paços do Concelho, na Reabilitação da Zona Central da Mealhada, no projecto Wiluso e na construção de mais equipamentos e melhores acessibilidades para servir os Municípes da Mealhada. -----

E será sobretudo motivada pela crise económica nacional para a qual o Município da Mealhada em nada contribuiu que, o ano de 2011, será um ano de contenção extrema e de espera pela chegada de melhores tempos. Não criticaremos o Executivo Socialista por essa opção. Teremos que ser necessariamente solidários com esse esforço de contenção e de expectativa porque, na verdade foi isso mesmo que defendemos enquanto partido responsável e preocupado com a estabilidade financeira do Município. -----

E foi com essa preocupação, com a consciência destes novos tempos de dificuldade que o PSD fez sugestões sobre aquilo que entendia deverem ser as linhas mestras do ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO PARA 2011, e ficámos satisfeitos porque quase todas as nossas preocupações foram ao encontro das Opções aqui hoje apresentadas o que também revela novos tempos de colaboração e entendimento entre autarcas que não comungam dos mesmos ideais partidários mas procuram idênticos fins. -----

O nosso sentido de responsabilidade política não iria ao ponto de exigir impossíveis mas de somente exigir a acção necessária e essencial para que o Município da Mealhada mantenha um crescimento sustentado, sem hipotecar o erário municipal e sem comprometer o futuro e a sustentabilidade económica do Município. -----

II – OBJECTIVOS -----

E a verdade é que o ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO tiveram em conta as sugestões de colocar ênfase no investimento reprodutivo no qual incluímos a EDUCAÇÃO e o DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. -----

RECEITA -----

No capítulo da RECEITA confirmaram-se as expectativas do PSD de substancial redução da mesma, a qual, como constatamos, terá uma séria influência na capacidade realizadora do Município. -----

E se tivermos em conta que a despesa corrente se manterá ou terá um acréscimo de 3% ou 4% houve, naturalmente, que estruturar a DESPESA DE CAPITAL numa forma ainda mais racionada durante o ano de 2011. -----

IMPOSTOS DIRECTOS -----

IMPOSTO	2010	2011
IMI	909.925,00 €	870.974,00 €
IMPOSTO U. CIRCUL.	254.535,00 €	300.316,00 €
IMT	478.250,00 €	439.603,00 €
DERRAMA	771.851,00 €	634.266,00 €
<i>DIFERENCIAL</i>		-169.402,00 €

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL -----

ITEM	2010	2011
F.E.F.	2.986.960,00 €	2.885.456,00 €
FUNDO SOC. MUNIC.	320.181,00 €	303.964,00 €
PART. FIXA IRS	552.967,00 €	301.661,00 €
<i>DIFERENCIAL</i>		- 369.028,00 €

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL -----

ITEM	2010	2011
F.E.F.	1.991.307,00 €	1.923.638,00 €
PROHABITA	318.830,00 €	118.071,00 €
EIXO 1	789.559,00 €	331.329,00 €
EIXO 3	287.736,00 €	48.434,00 €
EIXO 4	1.112.686,00 €	319.790,00 €
<i>DIFERENCIAL</i>		- 1.758.856,00 €

Como podemos verificar através desta análise comparativa entre as previsões para 2010 e agora para 2011, a redução de receitas é drástica. E o nosso receio é que as mesmas não se fiquem pelo que aqui prevemos. -----

Sabemos que nos últimos anos o Município da Mealhada à semelhança de muitos outros Municípios assumiu enormes responsabilidades na área da Educação por força das transferências de competências do Ministério da Educação para as Câmaras Municipais. E no corrente ano de 2010, de acordo com os dados fornecidos pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses, a Administração Central entrou em mora com dezenas de Municípios do país, chegando a ter cerca de 10 meses de atraso nas participações e subsídios às refeições escolares. Receamos, também, que fruto da má gestão governativa os Municípios possam sofrer mais cortes, colocando assim em causa o bom desempenho das suas funções na área educativa. --- E se os piores cenários se verificarem, a Câmara Municipal da Mealhada necessitará certamente de ter planos de contingência para assegurar os cuidados alimentares aos alunos carenciados. - Em suma, no que concerne à RECEITA verificámos todos com pesar que a nossa capacidade de acção ficará em 2011, comparativamente com 2010, minguada em mais de 2 milhões de euros, tal qual o PSD já havia referido na reunião onde expôs as suas linhas estratégicas para o Orçamento e Plano para 2011. -----

-----DESPESA-----

No que toca à DESPESA, o PSD apresentou uma posição onde centrava a acção no que designou de investimento reprodutivo, na criação de melhores condições para os nossos munícipes e, porque atravessamos um peculiar e inédito período de crise económica e social, entendeu que por parte do Executivo Municipal deveria haver o cuidado de preparar planos de contingência sociais para poder implementar caso venha a mostrar-se necessário. -----

E, nesta rubrica, e julgamos que tenha sido a primeira vez a ser feito por uma oposição, apontámos os exemplos concretos donde havíamos de cortar e onde necessitaríamos de reforçar o investimento. Ao contrário de outros passados, não nos limitámos às generalidades e discursos redondos que nada dizem e nada fazem. Não procurámos dividendos políticos, não procurámos oportunidades nem holofotes, moveu-nos tão somente uma genuína preocupação com todos aqueles que representamos. -----

E para que centralizássemos as nossas prioridades no INVESTIMENTO REPRODUTIVO, tivemos em conta aquilo que agora confirmámos – a exiguidade do Orçamento para 2011. -----

Entendemos assim que deveríamos definir a prioridade reprodutiva do INVESTIMENTO e para que o mesmo se concretizasse, sugerimos a revisão das prioridades e o provável adiamento dalguns projectos que no plano plurianual apresentado no fim de 2009 estariam a ser ponderados realizar no ano de 2011. -----

E tendo em conta a vertente não reprodutiva da maioria desses projectos, sugerimos que fossem repensados ou adiados os seguintes projectos: -----

OBRA	VALOR	TOTAL
Novos Paços Concelho	2.500.000,00 €	
WiLuso– Centro Investigação	2.000.000,00 €	
Teatro Avenida Luso	900.000,00 €	
Ampliação Piscina Municipal Luso	500.000,00 €	
Campo de Golfe da Pampilhosa	1.000.000,00 €	
Centro de Estágios Luso	1.000.000,00 €	7.900.000,00 €

E a verdade é que TODAS as nossas sugestões foram entendidas e o Orçamento e Plano aqui apresentados reflectem a estratégia que o PSD definiu aquando da sua reunião com o Presidente da Câmara Municipal da Mealhada, a quem eu hoje apresento os cumprimentos pela abertura, cordialidade com que anuiu às pretensões dos representantes do PSD. -----

OBRA	VALOR	TOTAL
Novos Paços Concelho	136.000,00 €	
WiLuso – Centro Investigação	75.000,00 €	
Teatro Avenida Luso	1,00 €	
Ampliação Piscina Municipal Luso	1,00 €	
Campo de Golfe da Pampilhosa	1,00 €	
Centro de Estágios Luso	1,00 €	€

Ou seja, da parte do executivo maioritário houve, à semelhança daquilo que foram as sugestões do PSD, a percepção de que havia necessidade de travar e suspender alguns dos projectos cujo

valor era mais elevado, de forma a não se comprometer a estabilidade financeira do Município e assim poder levar avante e empreender outros que possam também caracterizar-se pelo aumento da competitividade, pela criação de emprego e pela formação. -----
E entendeu que elaborou o Orçamento que o valor apresentado para estas 6 rubricas representariam cerca de 50% do valor da receita prevista no do Orçamento de 2011, sendo que a sua vertente reprodutiva seria praticamente nula. -----

Não podíamos ignorar que, por exemplo, a receita prevista para o Centro de Estágios do Luso no Orçamento de 2010 não chegava sequer aos 10.000,00 € e para a Piscina Municipal do Luso, rondava os 19.500,00 €. -----

Prever gastos nestes 2 equipamentos para 2011 na ordem do 1,5 milhões de euros parecia-nos, da forma que também parece ao Executivo, descabido nestes tempos de contenção. -----

Aplaudimos também a contenção que houve no Orçamento para 2011 relativamente ao projecto dos NOVOS PAÇOS DO CONCELHO e reabilitação de toda a zona envolvente. E não sendo um investimento que possa vir a ter a comparticipação QREN, é de todo sensato que este projecto que custará um mínimo de 10 milhões de euros possa ser repensado para tempos de bonança financeira, se é que os vai haver nos próximos anos. -----

No que toca a DESPESAS DE INVESTIMENTO, ficou igualmente o PSD satisfeito com as reservas colocadas aos projectos Wiluso e recuperação do Cine Teatro Avenida, que no Plano Plurianual de 2010 previam qualquer coisa como perto de 3 milhões de euros de custo a orçamentar para 2011. -----

Igualmente duvidoso tornar-se-ia o investimento, na actual conjuntura, no CAMPO DE GOLFE DA PAMPILHOSA. Se entendemos que este investimento podia ser, integrado num projecto mais amplo, um factor de potenciação da actividade turística no concelho da Mealhada, em tempos de crise económica vemo-lo com imensa desconfiança. Na verdade, os campos de golfe pululam por esse país fora e a zona centro não é excepção, pois, entre os existentes e os projectados atingimos provavelmente a dezena num raio de 100 km. E depois, o investimento é vultoso e gera pouquíssimo emprego directo. É certo que a posição do Município sempre foi a de dizer que existirão investidores que suportarão os encargos do Campo de Golfe. Mas se esta premissa podia ter alguma veracidade há alguns anos atrás, actualmente será completamente ilusório pensar-se que os mesmos investidores estariam dispostos a correr tais riscos. -----

Lamentavelmente, para o Município e também para a Pampilhosa, julgamos que o Campo de Golfe da Pampilhosa é cada vez mais um investimento perdido que devia ter avançado há alguns anos. -----

V – INVESTIMENTO A REALIZAR -----

No que toca á estratégia de investimento a realizar no ano de 2011, julgamos que também aqui houve da parte do Executivo espírito de abertura às recomendações do PSD. -----

a) EDUCAÇÃO -----

O PSD, quando expôs as suas pretensões e objectivos que deviam caracterizar o Orçamento para 2011, colocou especial importância na área da Educação. Aliás, esta nossa preocupação revelámo-la ainda há bem pouco tempo quando propusemos a realização dum debate profundo sobre a Educação no nosso Município. E seguindo princípios de coerência não podíamos aqui deixar essas preocupações em mãos alheias e sugerimos que o investimento se realizasse sobretudo no cumprimento da Carta Educativa, na construção dos restantes Centros Educativos do concelho da Mealhada – Luso, Mealhada e Casal Comba – recuperação e melhoramentos nas EB 2/3 da Pampilhosa e Mealhada e na continuação do investimento nos Programas de expansão e desenvolvimento do Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico. -----

Pelo que vimos com agrado os investimentos que no próximo ano já irão ser realizados no Centro Educativo do Luso, no Centro Educativo da Mealhada – ainda dependente da aquisição de terrenos do domínio estatal – e a abertura da rubrica do Centro Educativo de Casal Comba, assim como o investimento de 450.000,00 € nos Programas de expansão e desenvolvimento do Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico. -----

Julgamos, no entanto, que já este ano deviam estar previstas verbas significativas para reestruturação e sérios melhoramentos nas condições das EB 2/3 da Pampilhosa e Mealhada, pelo que tudo faremos para em sede de execução orçamental sugerir alterações orçamentais de molde a permitir avançar no ano de 2011 para essas obras. -----

Reforçamos ainda a ideia de que durante o ano de 2011 possa haver situações de incumprimento por parte da Administração Central no que respeita à subsídio das refeições dos alunos mais carenciados e lembro mais uma vez também a preocupação com a ACÇÃO SOCIAL MUNICIPAL que caso sejam detectados casos de carência económica e subnutrição das nossas crianças, deve começar na Escola, no apoio alimentar, na abertura das cantinas nos períodos de férias escolares e mesmo nos fins de semana. Este é um cenário trágico mas que não podemos ignorar a possibilidade da sua ocorrência. -----

b) DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E INDUSTRIAL -----

O PSD nas sugestões apresentadas para a elaboração deste Orçamento colocou igualmente primordial importância no investimento reprodutivo que deveria caracterizar-se pela expansão industrial e comercial e criação de emprego. -----

No entanto, o Orçamento para 2011, que devia lançar as bases das Zonas Industriais de Barrô e Barcouço, da Plataforma Rodoferroviária da Pampilhosa e da criação do Centro de Negócios do concelho da Mealhada, não espelha essa vertente. Mas aqui provavelmente não poderemos atribuir as culpas ao Município da Mealhada mas antes responsabilizar o Governo socialista por este entrave ao nosso desenvolvimento. -----

Bem sabemos que sem o Estado, as empresas de capitais públicos que gerem as ferrovias e o

transporte ferroviário darem o primeiro passo no sentido de viabilizar a Plataforma Rodoferroviária da Pampilhosa, não pode o Município da Mealhada assumir o projecto. Sabemos igualmente que as posições verdadeiramente obtusas das Comissões de Coordenação Regionais impedem-nos de levar avante a imediata concretização das Zonas Industriais de Barrô e Barcouço. -----

E é basicamente porque este Governo nos hipotecou o futuro que o Município da Mealhada que teria condições para avançar com estes projectos verdadeiramente essenciais para o desenvolvimento, prosperidade e criação de emprego, está de mãos atadas e nada poderá fazer nos próximos tempos. -----

No entanto, julgamos que devemos seriamente pensar em arrear caminho e colocar-nos no pelotão da frente de toas estas entidades aqui envolvidas e, numa perspectiva futura e extremamente necessária, tendo como ponto central duma estratégia de desenvolvimento a Plataforma Rodoferroviária, dar a merecida atenção à vila da Pampilhosa, promovendo a aquisição dos terrenos das Antigas Cerâmicas a oeste da linha de caminho de ferro, e das antigas instalações da Ceres, a leste da linha de caminho de ferro. -----

Julgamos que, apenas estando aberta a rubrica, devemos estudar a necessidade da criação do Centro de Negócios do concelho da Mealhada, estudando no ano de 2011 a sua melhor localização que poderá não passar necessariamente pela Zona Industrial da Pedrulha mas pela sua construção num local de maior visibilidade para quem circula no concelho. -----

c) CORRECÇÃO DAS ASSIMETRIAS -----

Sugeriu igualmente o PSD que o Orçamento de 2011 deveria igualmente promover a correcção das assimetrias ainda existentes no concelho da Mealhada. Julgamos que a Vila da Pampilhosa não tem merecido a devida atenção nos últimos anos e tem sofrido alguma discriminação em termos de investimento em relação à sede do Município e Luso. -----

Foi por esta razão que propusemos a inclusão no Orçamento de verbas diferenciadoras para esta vila, nomeadamente, para a tão necessária reabilitação do Mercado Municipal, aquisição dos terrenos envolventes e criação de novas acessibilidades para os utentes do Mercado. Vemos com satisfação que estas pretensões também foram ouvidas e que o Orçamento também as prevê. -----

CONSIDERAÇÕES GERAIS-----

Por último queria deixar algumas considerações gerias por outras rubricas representadas neste Orçamento -----

- o POSTO DE INFORMAÇÃO TURISTICA E LOJA 4 MARAVILHAS mostra-se importante para a estratégia que devemos seguir na promoção turística do concelho da Mealhada, sugerindo-se que este investimento venha a ter a dignidade que as riquezas turísticas do nosso concelho merecem. -----

- a introdução das rubricas do CANIL nas duas vertentes possíveis – MUNICIPAL e INTERMUNICIPAL – mostra igualmente que à força de tanto argumentar o PSD terá conseguido despertar no Executivo a sensibilidade para um problema que existe a vários níveis. Defendeu o PSD que não estava somente e causa uma questão de qualidade de vida dos nossos munícipes mas também uma questão de saúde pública. É certo que a abertura da rubrica é apenas o primeiro passo dum trabalho que espero possamos fazer em conjunto para tornar esta necessidade uma realidade. Durante o ano de 2011, o PSD também estudará as melhores hipóteses para sua criação. Ajudaremos na escolha na modalidade MUNICIPAL ou INTERMUNICIPAL, fazendo os necessários contactos com os municípios limítrofes para aferir todas as possibilidades. -----

Estamos satisfeitos também pelo nosso contributo e também por reconhecer que do lado de lá não estão apenas políticos agarrados à cor da camisola mas que também reconhecem que por parte duma Oposição responsável pode vir trabalho sério e em benefício do concelho. -----

- FUNDAÇÃO MATA DO BUÇACO – é sabido que o ano de 2011 vai trazer uma drástica redução da comparticipação da Administração central para as despesas de funcionamento da Fundação. No entanto, julgamos que cabe ao Município prover, senão a sobrevivência da Fundação, a protecção do seu património. O Município da Mealhada como sócio fundador deve levar a Fundação a cumprir os seus objectivos e as promessas feitas. Se o ano de 2010 foi de apresentação da Fundação, 2011 terá que ser o ano do investimento sério na recuperação do património natural e edificado daquela Mata. -----

- VIAÇÃO RURAL – o investimento previsto para este ano vai de encontro às pretensões do PSD as quais apresentou e expos numa reunião tida com autarcas da freguesia de Barcouço. Não podemos esquecer o carácter rural da maioria das nossas freguesias e a necessidade de existirem caminhos de acesso com boas condições para os terrenos de cultivo. Investir-se na viação rural é igualmente promover o investimento reprodutivo. -----

- MERCADO MUNICIPAL DA MEALHADA – este será talvez o único item de todos os que abordámos na reunião entre o PSD e o representante do Executivo que não está contemplado no Orçamento. -----

Julgamos no entanto que a necessidade de se dar solução para o MERCADO MUNICIPAL DA MEALHADA é premente e implica que haja bom senso de todas as partes envolvidas. Por uma questão estratégica a Câmara Municipal necessita de ponderar o que deseja para a Mealhada em termos de Mercado Municipal: adquirir o actual ou promover a sua criação num outro local, negociando com o actual proprietário o encerramento do existente. -----

O PSD também irá querer no próximo ano contribuir para a resolução deste impasse, porque as condições do actual mercado não dignificam o Município nem apresentam as condições necessárias para comerciantes e utentes. -----

DECISÃO: -----

O PSD, ao longo deste último ano, demonstrou que está na Vereação com uma missão de responsabilidade e de contribuição para que o nosso concelho possa ser uma referência. Procurámos na reunião entre o Presidente da Câmara e a Oposição, enunciar as nossas sugestões, manifestar que também possuímos uma estratégia para o concelho, que desejamos o crescimento económico, a criação de emprego, a melhoria das condições de vida dos nossos munícipes e proporcionar-lhes as condições para que a Mealhada seja um concelho onde a qualidade de vida não seja um mero chavão. -----

Mostro pessoalmente satisfação por algo que ainda não tinha visto em 13 anos de dedicação à causa pública e ao meu município – a Oposição foi levada a sério, foi ouvida e os seus projectos e estratégias foram igualmente tidas em conta e espelhadas no Orçamento Municipal. -----

Estamos igualmente solidários com as dificuldades económicas que o nosso concelho irá sofrer. Dificuldades cuja responsabilidade não é própria mas alheia. E neste momento não podíamos também deixar de nos solidarizar com um Executivo que apresenta não o Orçamento que deseja, mas o Orçamento que lhe deixaram ter. -----

E pelas razões expostas, iremos votar favoravelmente o Orçamento. Voto que será de solidariedade mas também de confiança condicionada à sua boa execução, com a qual também nos comprometemos e tudo faremos para que a ambição que temos para o nosso concelho não fique travada pelas dificuldades, mas, pelo contrário, saibamos encontrar forças nos momentos de fraqueza para proporcionarmos aquilo que os homens, mulheres e crianças do concelho da Mealhada merecem. -----

Os Vereadores do PSD (António Miguel Ferreira, Leonor Lopes) -----

Interveio a Senhora Vereadora Arminda Martins, tendo referido ter escutado atentamente a intervenção lida pelo Vereador António Miguel e que a mesma lhe suscitava alguns comentários: - Onde andou o PSD quando se mostrou necessário apresentar propostas concretas para o País? Aquando da viabilização do PEC?; - Onde tem estado ou andado o Sr. Presidente da República, que apesar de ser presidente de todos os portugueses também é por sinal da família Social Democrática? -----

Disse ainda não concordar com a afirmação de acordo com a qual o Orçamento reflecte as preocupações do PSD, pois o que verdadeiramente reflecte é o programa do PS sufragado nas últimas eleições autárquicas. Acrescentou que, provavelmente o Senhor Vereador não se revia no Programa do PSD e seria essa a razão que o levaria a concordar com o do PS.

Referiu ainda que todos deveriam reconhecer, com seriedade, que a crise não é uma crise do País, mas sim do mundo em geral, e que, nessa medida, a culpa da situação difícil que se vive não é só dos responsáveis políticos portugueses, nem do actual Governo. Acrescentou que não poderia deixar de reconhecer que a oposição actual é uma oposição com quem se pode falar, o que é muito positivo, porque, independentemente da ideologia de cada um, quando as pessoas se revêem nos projectos é porque eles são boas soluções. Acabou a sua intervenção referindo que jamais iria defender um projecto de construção do edifício municipal com um custo que ronda os 10 milhões de euros. -----

Tomou a palavra o Senhor Vereador António Miguel Ferreira, tendo referido que também tinha estado muito atento às palavras da Senhora Vereadora Arminda Martins, tendo acrescentado que uma vez que o PS ganhou as eleições autárquicas é normal que seja o seu programa a ser executado. Frisou que os adiamentos que se têm verificado na concretização de alguns projectos do PS não são da responsabilidade do Município. Disse que este orçamento é um orçamento de contenção, e que na sua perspectiva a Câmara Municipal nunca sentiu nos últimos 30 anos as dificuldades que vai sentir no próximo ano; vai ser o ano de menor investimento em infra-estruturas e isso só pode ser imputado ao Governo, pois o Município de Mealhada não é um município gastador, mas vai sofrer as consequências dos “desvarios” de outros. Sobre a referência que a Senhora Vereadora Arminda Martins fez ao Senhor Presidente da República, disse que aquilo de que menos se precisa em período de crise é de alguém que venha alardear as dificuldades, porque isso não contribuiria em nada para melhorar a situação do País. Disse que na sua opinião o actual Presidente da República comportou-se como deveria, com isenção e sentido de Estado. A Senhora Vereadora Arminda Martins interveio para dizer ter a opinião contrária, pois o Senhor Presidente da República só se teria comportado com sentido de Estado se tivesse chamado à responsabilidade as diversas forças políticas, e não se tivesse preocupado com a sua reeleição. Referiu ainda, a propósito do que disse o Senhor Vereador sobre o ano 2011, que actualmente a estrutura da Câmara Municipal é

totalmente diferente, em termos de despesa, nomeadamente com o pessoal, mesmo sem obras, e que por isso não é possível fazer a análise da forma que foi feita pelo Senhor Vereador. O Senhor Vereador António Miguel Ferreira retorquiu que as despesas com o pessoal não se alteraram muito, mas já no que respeita aos investimentos a diminuição é visível. -----

O Senhor Vereador Júlio Penetra usou da palavra, e referiu que a responsabilidade pela situação em que o País se encontra reside numa série de equívocos, e que actualmente se pode estar a cair noutro equívoco, que é o de pensar que a mudança de força política vai permitir resolver a situação, porque, disse, isso não vai acontecer. Frisou que o que está em causa é uma coisa muito séria e dramática e não quaisquer interesses particulares desta ou daquela força política. Sobre o documento em apreciação disse estar contente pelo facto de não se terem abandonado as linhas de desenvolvimento estratégico, nomeadamente na vertente do Turismo. Na área social, referiu que a Câmara Municipal parte para o ano de 2011 com outros meios e recursos que a habilitarão a acorrer a situações mais graves que se presente já irem surgir. A Loja Social é um projecto importante nesse domínio, permitindo acudir com bens essenciais aos mais necessitados, sendo essa a orientação de apoio aos que mais precisam que vai ser seguida pela Câmara Municipal. -----

Tomou a palavra o Senhor Vereador Calhoa Morais, tendo começado dar os parabéns ao Senhor Primeiro Ministro de Portugal pelo trabalho realizado. Disse felicitar também o Dr. Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia, pelo teste de resistência que foi feito aos bancos europeus, em que os bancos irlandeses apareceram muito bem colocados, e depois, passado pouco tempo, foi o que se viu....Relativamente ao Orçamento disse que na sua perspectiva não é um documento que tenha uma importância primordial, e que o que este orçamento demonstra é que há que ser eficaz de uma forma mais eficiente, isto é, obter os melhores resultados ao menor custo. Quanto às preocupações demonstradas pelos Senhores Vereadores do PSD disse que, pela primeira vez desde que está no executivo, pode afirmar que admira a atitude dos Senhores Vereadores e o acto de coragem que representa a

aprovação do orçamento, que é antes de tudo, um Orçamento Municipal, seja feito pelo PS ou pelo PSD, pois o que se está a discutir, sublinhou, é um orçamento para o Concelho. Acrescentou que o preocupa o facto de se adiar a execução de alguns projectos, pois o estado em que se está não é assim tão lastimoso que não se possa fazer mais alguma coisa. Disse que o preocupa particularmente a situação da baixa da Mealhada, que um dia pode vir a ser um sério problema em caso de uma forte intempérie. Manifestou a opinião de que não se deve adiar a construção do novo edifício municipal, o campo de golfe da Pampilhosa ou a Zona Industrial de Barcouço, embora, neste último caso, enquanto o PDM não for alterado nada possa ser feito. Disse ser lamentável que se ande há 11 anos a esperar pela aprovação do Plano de Pormenor do Campo de Golfe. A propósito dos mercados municipais da Mealhada e Pampilhosa referiu que na sua perspectiva talvez tenham de vir a ser reequacionados os projectos existentes pois não existem produtores no Concelho. Fez por fim uma referência ao projecto da Plataforma Rodo-Ferroviária da Pampilhosa, tendo alertado para a dificuldade e complexidade dos processos burocráticos relacionados com a aquisição/expropriação do terreno e respectivo direito ao arrendamento para a concretização da obra. --

A Senhora Vice-Presidente voltou a intervir, dizendo que antes de ler a nota introdutória ao orçamento, que se transcreve de seguida à sua intervenção, gostaria de sublinhar uma ideia que já transmitiu antes, que é a de que o orçamento reflecte uma estratégia, e que é indiferente as rubricas estarem dotadas com 1€ ou 1 milhão de euros, pois as obras com maior dotação são as obras que se encontram em execução, o que não quer dizer que as que têm apenas 1€ não sejam uma prioridade. Disse que na sua opinião é fundamental avançar com a requalificação da Zona Central da Mealhada, e que há outras obras em curso e outras com participações aprovadas que também deverão ser realizadas. Referiu que o Município da Mealhada não está tão mal que não possa arriscar, pois a verdade é que a Câmara Municipal não contrai um empréstimo desde 2004 e tem por isso uma capacidade de endividamento invejável. Fez referência ao projecto do Centro da Investigação da Willuso como sendo também uma prioridade para

a Câmara, assim como a formação em Inovação e Empreendedorismo, em que a Câmara vai apostar no ano de 2011, mediante a sensibilização de quadros para investir e arriscar tendo em vista a criação dos seus próprios negócios. Disse ainda que do que se precisa é de gente, de massa crítica, e o que há a fazer é dotar essas pessoas de competências para avançarem e enfrentarem as dificuldades actuais. Salientou que não se deveria sequer ousar pensar que por o País estar a atravessar um período de crise económica haja apenas que “acudir aos fogos” através da intervenção no âmbito da acção social, pois o que se deverá fazer é ajudar a população a “levantar a cabeça” e não “pagar-lhes as contas”. Há que aproveitar o que o Concelho tem de melhor, que é a sua população, e a contribuição de todos e de cada um dos munícipes do Concelho é extremamente importante no desígnio nacional de ultrapassar a crise. Finalizou a sua intervenção sublinhando que o executivo sabe bem o caminho que quer seguir, e que as vertentes de especialização vão ser o turismo e a logística. -----

-----**Orçamento e Opções do Plano de 2011**-----

O Orçamento e Opções do Plano de 2011 assenta nos princípios da prudência e do equilíbrio face ao presente contexto económico, financeiro e social. -----

No entanto, enquanto instrumento de execução das opções políticas do executivo, enquadra toda a estratégia de desenvolvimento preconizada para o concelho, reflectida em rubricas de esperança e confiança. -----

Com uma dotação precisa e realista, o presente documento apresenta ampla abertura a um quadro de oportunidades que nos preparámos para aproveitar. -----

Neste sentido, *competitividade, sustentabilidade, equidade, educação, inovação e empreendedorismo* regerão as acções do executivo no próximo período. -----

Trata-se de dar continuidade a uma política de desenvolvimento integrada e sustentada que nos comprometemos seguir e que tem pautado a nossa linha de acção. -----

Sempre atentos à nossa missão e compromisso social, baseada na equidade e solidariedade, para o próximo ano, o executivo propõe-se preparar a estrutura e os recursos humanos para a especialização económica, assente nos recursos endógenos e nos factores diferenciadores do concelho apostando na formação, na inovação e empreendedorismo, nas acções de promoção e atracção de investimento, na consolidação da estratégia e identificação de parcerias. -----

Assim, o Orçamento e Opções do Plano de 2011 prioriza: -----

• **Ação Social** – Atender às necessidades da população, aos sinais de carência e pobreza, aos desequilíbrios e inquietações resultantes da conjuntura. -----

Intensificar as políticas de coesão e promoção de bem-estar social desenvolvidas, no sentido da construção de um concelho mais solidário e mais justo; -----

• **Desenvolvimento Económico** – Reforçar as políticas de crescimento e desenvolvimento económico, promovendo redes e parcerias que reforcem a atractividade do concelho, das suas estruturas e infra-estruturas; -----

• **Valorização e Qualificação da população** – Promover a qualificação e empregabilidade dos activos, o aperfeiçoamento profissional e adaptabilidade a novos mercados e novas oportunidades. Promover a inovação e o empreendedorismo; -----

• **Educação** – Reforçar a aposta na Educação e Qualidade da Educação no Município. -----
Construção de novos equipamentos escolares e requalificação e reparação dos existentes. -----
Proporcionar a todas as crianças do concelho um ambiente motivador, exigente e atractivo para aprender e crescer em igualdade de oportunidades. -----

Envolver todos os agentes educativos numa reflexão atenta e rigorosa, no sentido de aumentar os níveis de qualidade, exigência e sucesso no ensino, educação e formação das crianças e dos jovens o concelho. -----

Promover a excelência na educação como principal motor de desenvolvimento sustentado; -----

• **Desenvolvimento Sustentável** – A sustentabilidade é o motor do crescimento e desenvolvimento suportado na inovação e na competitividade. -----

Prosseguindo a política de educação, eficiência e qualidade ambiental desenvolvidas, o executivo propõe-se construir um território ordenado e integrado, envolvendo a população através da participação crítica e gestão partilhada. -----

Iniciar o processo da Agenda 21 Local. -----

Norteados sempre pelo princípio do rigor, da objectividade e da honestidade, apesar de uma conjuntura desfavorável e difícil, o Orçamento e Opções do Plano 2011 está dotado das rubricas necessárias à realização dos objectivos estratégicos e a fazer face às necessidades emergentes. -----

Estamos cientes que com perseverança e determinação conseguiremos ultrapassar os obstáculos e transmitir confiança, força e segurança à nossa população. -----

“A crise é a melhor bênção que pode ocorrer com as pessoas e países, porque crise traz progressos” Albert Einstein -----

Queremos acreditar! -----

O Senhor Vereador António Miguel Ferreira interveio para referir ser importante sublinhar a afirmação feita pela Senhora Vice-Presidente, de que todas as

rubricas/obras do orçamento são importantes, quer estejam dotadas com 1€ ou 1 milhão de euros, tendo a Senhora Vice-Presidente respondido que essa é a filosofia que está subjacente ao orçamento e que o que espera é que haja condições para se concretizar o que se previu. -----

O Senhor Presidente da Câmara voltou a intervir, tendo referido que há que ter a consciência de que todos, técnicos e políticos, estiveram a trabalhar neste orçamento desde Agosto, e não apenas no último mês, e que, no capítulo da receita houve vários recuos, com a publicação do PEC 1 e do PEC2. Frisou que um hábito salutar que existe na Câmara é o de iniciar a elaboração do orçamento pela receita, já que ao contrário, torna-se muito mais fácil fazer orçamentos, mas a verdade é que é uma má prática e que o que há a fazer desde logo é escalonar prioridades, pois o Município de Mealhada, como outros, não é auto-suficiente, dependendo muito da transferência de receitas do Estado. No que se refere às reuniões realizadas no âmbito do Estatuto da Oposição, o Senhor Presidente disse que não houve tratamento diferente daquele que foi dado à oposição nos anos anteriores, e que não obstante no corrente ano os representantes do PCP não terem comparecido, foi possível discutir com o PSD projectos e confirmar prioridades, que se verificou serem mais ou menos consensuais. Acrescentou, a propósito da discussão precedente sobre o orçamento, que se discutiu muito a política nacional e a internacional e pouco a política concelhia. Disse ainda que quando o Senhor Vereador António Miguel Ferreira afirma que as dificuldades por que o País está a passar são da responsabilidade do Governo, a verdade é que o PSD teria podido evitar que tal acontecesse se tivesse votado contra o Orçamento de Estado, e não tivesse pelo contrário, com a sua abstenção, decidido "sustentar" o Governo; decisão com a qual o Senhor Presidente disse congratular-se, mas a que o PSD não pode fugir. O Senhor Vereador António Miguel Ferreira replicou que o PSD só permitiu que o PS tenha uma saída airosa. -----

O Senhor Presidente voltou a usar da palavra para esclarecer, sobre um ponto da intervenção da Senhora Vereadora Arminda Martins, que os 10 milhões de euros a que a mesma fez referência na sua intervenção não se destinam só à

construção do novo edifício municipal, mas à reabilitação do edifício actual, assim como à requalificação de toda a zona envolvente ao novo e ao actual edifício, ao jardim municipal e estação da CP. Voltou a referir que a construção do novo edifício municipal é uma prioridade. Acrescentou que a Câmara vai fazer o que for possível, e que, no que lhe diz respeito, vai prosseguir a sua "política de merceeiro", pois parece ser a única que resulta no País face ao descalabro da política dos "economistas". Sobre os projectos do Campo de Golfe e da Plataforma Rodo-Ferroviária disse já ter ouvido tanta coisa sobre as Parcerias Público-Privadas (PPP), nomeadamente que a lei foi mal feita e que é permeável a situações de corrupção, que o preocupa a Câmara ter de lançar mão desse instrumento para viabilizar estes projectos, já que não é competência da Câmara assegurar a gestão desses equipamentos, pois isso cabe aos privados, o que implica que a Câmara tenha necessariamente de arranjar parceiros para a concretização dessas obras. Referiu que o Senhor Vereador António Miguel assume uma posição contraditória, ao indicar obras a realizar cujo montante é superior aos valores cortados. O Senhor Presidente disse por fim que se congratulava com o facto de o PSD ter avançado com a declaração de apoiar o Orçamento da Câmara Municipal para o próximo ano. -----

Voltou a intervir o Senhor Vereador Calhoa Morais, tendo referido, em resposta à Senhora Vereadora Arminda Martins, que há que ter em atenção que não se consegue fazer uma casa com os custos com que se faria há 10 anos, pois o aumento das exigências legais leva sempre a maiores encargos, pelo que adiar a concretização de obras que são imprescindíveis, como o novo edifício municipal, é contraproducente já que equivale a assumir maiores encargos no futuro. Sobre este assunto, o Senhor Vereador António Miguel Ferreira disse ser assustador verificar que os próprios técnicos responsáveis pela elaboração do projecto não têm uma ideia clara sobre os custos de manutenção do edifício nem do número de pessoas para que foi dimensionado. Por fim, o Senhor Vereador António Miguel Ferreira disse ainda que gostaria de chamar a atenção para a necessidade de fazer poupanças na iluminação pública, tendo todos os membros do executivo sido unânimes na sua concordância

com a intervenção do Senhor Vereador, tendo o Senhor Presidente dito que a Câmara já há algum tempo que anda atenta ao problema dos elevados custos da iluminação pública, e que, como é sabido, se encontra a estudar o assunto a fim de serem tomadas as medidas mais adequadas que permitam poupar sem descurar a segurança da população. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Orçamento e Opções do Plano para 2011, e submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do estatuído nas disposições conjugadas do art.º 53.º, n.º 2, alínea b) e art.º 64.º, n.º 2, alínea c) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

A Senhora Vereadora Arminda Martins, interveio para apresentar a seguinte Declaração de Voto: -----

Votei favoravelmente o Orçamento para 2011, não podendo deixar de registar uma vez mais qual a minha posição relativamente à rubrica “ Edifício Paços do Município”. Apesar de ter votado favoravelmente o orçamento, não significa que esteja de acordo com a totalidade dos montantes previstos em cada uma das rubricas, mas sim por concordar com a maioria das rubricas em si. -----

É do conhecimento público a minha posição quanto a este investimento avultado, num edifício que entendo desadequado da realidade concelhia, no que respeita às suas necessidades, físicas, funcionais e operacionais. Estou certa que com metade do investimento previsto até 2014 no documento que acabamos de aprovar, seria possível criar rapidamente um edifício digno, eficiente e ajustado á dimensão do Município. -----

Sabendo-se que uma das grandes fatias da despesa desta Câmara diz respeito a custos com o pessoal, o que implica uma gestão apertada nesta matéria, não tenho dúvidas que se as condições físicas de trabalho em alguns dos sectores fossem outras teríamos sectores ainda mais eficientes e com maior prontidão e qualidade de resposta dos serviços. Todos sabemos que quando num só espaço convivem e estão concentradas várias pessoas, eu diria mesmo amontoadas, a trabalhar não lhes é possível produzirem mais nem o desejado, por razões que lhes são alheias , como a titulo de exemplo se pode citar a questão da concentração na execução de tarefas. Nem nós lhes podemos exigir mais porque as condições assim o proporcionam. -----

Só por isto defendo a criação do Novo Edifício, mas um Edifício modesto, que tenha a ver com a População e Povo do Concelho da Mealhada e que não venha a agravar nem a contribuir para um aumento do custo dos serviços. -----

Por aquilo que recentemente me foi dado a conhecer do Projecto numa Assembleia Municipal, ainda fiquei mais apreensiva, do que, quando não o conhecia. É um projecto do meu ponto de vista pensado para um Concelho de Grandes dimensões, com recursos financeiros. Trata-se de um edifício de elevados custos de manutenção e disso não tenho dúvidas nenhuma. -----
Debater-me-ei pela sua construção Sim, no centro da Cidade Sim, mas por 10 milhões Nunca. --
Pelo que aproveito esta minha declaração de voto, para pedir a este executivo do qual faço parte uma reflexão, com vista a obter uma solução de execução rápida, mais económica, no que respeita ao investimento de construção e de equipamento e que acautele o futuro no que respeita à sua manutenção. -----

Arminda Martins, Vereadora do PS. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

3. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS: -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição das verbas no âmbito da Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia. Os montantes a atribuir a cada Freguesia, no âmbito da Delegação de Competências, foram calculados com base na aplicação de percentagens resultantes dos valores da participação das Freguesias nos Impostos do Estado, cuja distribuição está prevista no art.º 32º, da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro - Lei das Finanças Locais, e constam dos mapas elaborados pela Divisão Financeira, os quais se dão como integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais e que serão arquivados na Pasta Anexa ao Livro de Actas n.º 79. Deliberou ainda solicitar autorização da Assembleia Municipal para o efeito, de acordo com o disposto no n.º 1, art.º 66.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

4. COMEMORAÇÕES DO DIA INTERNACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – PROPOSTA N.º 23/2010: -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta n.º 24/2010, que a seguir se transcreve: -----

-----PROPOSTA Nº 23/2010-----

Assunto: Comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência -----

Recebemos do Centro de Santo Amaro de Casal Comba – APPACDM, um pedido de colaboração na organização do programa de comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, que o Centro pretende levar a efeito nos próximos dias 2 e 3 de Dezembro, no nosso concelho. -----

Do programa anunciado, constará no primeiro dia, a realização de um workshop de diversos estilos de dança, que será realizado com o apoio logístico da Câmara Municipal, através da cedência gratuita do Pavilhão Municipal de Casal Comba. -----

No dia 3, dia oficial das comemorações dedicadas às pessoas com deficiência, está previsto proporcionar-lhes um programa de convívio e diversão no Complexo Turístico dos Três Pinheiros, em Sernadelo – Mealhada. -----

Considerando, -----
a importância social do trabalho desenvolvido por esta instituição no nosso concelho, o significado e alcance destas comemorações, mas sobretudo a atenção e solidariedade que devemos aos seus beneficiários, -----
propomos que, -----

a Câmara Municipal, para além da cedência e apoio logístico da utilização do Pavilhão Municipal de Casal Comba, pese embora as dificuldades orçamentais actuais, se associe a esta iniciativa atribuindo ao Centro de Santo Amaro de Casal Comba – A.P.P.A.C.D.M., um subsídio no valor de € 1 000,00 (mil euros). -----

Mealhada, 22 de Novembro de 2010 -----

O Vereador de Acção Social (Júlio Penetra) -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

5. PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO – PROPOSTA

N.º 24/2010: -----

A Câmara Municipal n.º 24/2010, analisou a Proposta n.º 24/2010, que a seguir se transcreve: -----

-----PROPOSTA N.º 24/2010-----

Analizadas as candidaturas ao Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo, ano 2010, proponho a atribuição de um subsídio global de 116 960,79€ (cento e dezasseis mil novecentos e sessenta euros) distribuídos às associações concorrentes, conforme lista anexa. -----

Mealhada, 2 de Dezembro de 2010 -----

O Vereador do Desporto (Júlio Manuel dos Santos Penetra) -----

-----Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo Dezembro de 2010-----

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA	VALOR DO SUBSÍDIO	Nº CONTRIBUINTE
Ass. D.C. Pescadores Pampilhosa	519,72€	505328941
Atlético Clube do Luso	4190,70€	507789792
Casa do Povo da Vacariça	6825,90€	501091882
Centro de Bridge da Bairrada	219,6€	506353460
Centro Recreativo de Antes	5124€	501392033
Clube Desportivo do Luso	9296,40€	501659960
Futebol Clube da Pampilhosa	21061,47€	501420436
Grupo Desportivo da Mealhada	33379,20€	501614176
Hóquei Clube da Mealhada	17531,40€	501749012
Luso Ténis Clube	4172,40€	501734473
Sport Benfica e Arinhos	4392€	502469749
Sport Clube Carqueijo	10248€	503659487
TOTAL	116.960,79€	

O Senhor Presidente interveio para esclarecer que apesar de se verificar uma redução de cerca de 10% no valor global atribuído, há associações que recebem mais ou menos os mesmos valores em relação ao ano anterior. -----

O Senhor Vereador Júlio Penetra referiu que o número de pontos reflecte a maior ou menor actividade das associações e é essa pontuação que determina o valor do subsídio. Verifica-se que há duas associações que recebem mais do que no ano anterior porque tiveram mais actividade. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta. -----
Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

6. MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MEALHADA PARA 2011

- PROPOSTA N.º 25/2010: -----

A Câmara Municipal analisou a Proposta n.º 25/2010, apresentada pelo Senhor Presidente referente ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, que a seguir se transcreve: -----

-----PROPOSTA n.º 25/2010-----

-----MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MEALHADA PARA 2011-----

Considerando que de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09, os Municípios dispõem de Mapas de Pessoal aprovados, mantidos e alterados, nos termos previstos na Lei n.º 12-A/2008, de 27/02; -----

Considerando que a citada lei prevê no seu art.º 5.º que os Mapas de Pessoal são aprovados, mantidos ou alterados, aquando da apresentação da proposta de orçamento para o ano seguinte, deles devendo constar a indicação do número de postos de trabalho que o órgão ou

serviço carece para o desenvolvimento das respectivas actividades, incluindo os postos de trabalho exercidos em regime de subordinação hierárquica, quer o sejam por recurso a contratos de trabalho por tempo indeterminado (CTI) ou a contratos a termo, certo ou incerto (CTR); -----

Elaborou-se a proposta de Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mealhada para o ano de 2011, constante do documento anexo, no qual se encontram já contemplados os postos de trabalho relativos às unidades orgânicas flexíveis de 2.º e 3.º graus criadas por deliberação da Câmara Municipal de Mealhada de 25 de Novembro de 2010. A proposta agora apresentada contou com o contributo indispensável de cada serviço, tendo resultado de uma ponderação sobre o número de postos de trabalho a prever no Mapa em cada uma das categorias nele previstas, no sentido de assegurar os recursos humanos necessários à execução das actividades e ao cumprimento dos objectivos a prosseguir no ano de 2011. -----

PROPONHO ASSIM: -----

Que a Câmara Municipal aprove o Mapa de Pessoal para 2011, o qual deve ser submetido à apreciação da Assembleia Municipal de Mealhada, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09. -----

Mealhada, 2 de Dezembro de 2010 -----

O Presidente da Câmara, Carlos Alberto da Costa Cabral -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta e o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2011, que se dá como integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que será arquivado na Pasta Anexa ao Livro de Actas n.º 79. Deliberou ainda remeter à Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas do n.º 3, do art.º 5.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro e alínea a), do n.º 2, do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

7. CRIAÇÃO / MANUTENÇÃO DE UNIDADES ORGÂNICAS E SUBUNIDADES ORGÂNICAS – DESPACHO N.º 43/2010: -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento do Despacho n.º 43/2010, exarado pelo Senhor Presidente que a seguir se transcreve: -----

-----**Despacho n.º 43/2010**-----

Considerando que a Assembleia Municipal de Mealhada definiu, na sua sessão de 30 de Setembro de 2010, sob proposta da Câmara Municipal de Mealhada aprovada em reunião de

15 de Setembro do mesmo ano, o número máximo total de subunidades orgânicas, nos termos previstos na alínea d) do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais; -----
 Considerando que esse número máximo foi fixado em sete (7) subunidades orgânicas; -----
 Considerando que o n.º 5 do art.º 10.º do citado diploma prevê a possibilidade de serem criadas, no âmbito das unidades orgânicas, subunidades orgânicas coordenadas por um coordenador técnico, quando estejam predominantemente em causa funções de natureza executiva; -----
 Considerando que o mesmo normativo prevê que a criação das subunidades orgânicas seja formalizada mediante despacho do Presidente da Câmara, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal; -----
 Considerando que por deliberação da Câmara Municipal de Mealhada, aprovada na reunião de 25 de Novembro de 2010, foram criadas dezassete (17) unidades orgânicas, DETERMINO a criação/manutenção, no âmbito das quatro (4) unidades orgânicas abaixo indicadas, das seguintes subunidades orgânicas: -----

Unidades Orgânicas	Subunidades orgânicas criadas	Coordenador Técnico
Divisão de Administração e Conservação do Território	Secção de Apoio Administrativo	Maria Graziela Bernardes das Neves
	Secção de Águas	<i>Não Provida</i>
Divisão de Gestão Urbanística	Secção de Apoio Administrativo	Maria Augusta Andrade Lopes Machado
Divisão Administrativa e Jurídica	Secção de Pessoal	Maria Beatriz Simões Sousa Cerveira
	Secção Administrativa	<i>Não Provida</i>
Divisão Financeira	Secção de Contabilidade	Maria Helena Batista Couceiro
	Secção de Tesouraria	Fernanda Maria Borges da Silva Ferraz

Em conformidade com o estatuído no n.º 6 do citado art.º 10, o presente despacho deve ser publicado no *Diário da República*, entrando em vigor no dia 01 de Janeiro de 2011. -----
 Mealhada, 30 de Novembro de 2010 -----
 O Presidente da Câmara, Carlos Alberto da Costa Cabral -----

8. INFORMAÇÃO N.º 47/DAJ/2010 – REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Presidente, exarado em 2/12/2010, que aprovou a Informação n.º 47/DAJ/2010, da Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica, no sentido de ser dada a seguinte redacção ao artigo 13.º do Regulamento Orgânico: “O presente regulamento orgânico, assim como a estrutura flexível dos serviços do Município de Mealhada, aprovados por deliberação da Câmara Municipal de Mealhada de 25 de Novembro de 2010, entram em vigor no dia 01 de Janeiro de 2011.” -----

9. EMPREITADA “REABILITAÇÃO DA RUA DAS FERRUGENS E LARGO DO CEMITÉRIO – ANTES” – MINUTA DO CONTRATO: -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento do Despacho do Senhor Presidente, exarado em 19/11/2010, que aprovou a Minuta do Contrato da “EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DA RUA DAS FERRUGENS E LARGO DO CEMITÉRIO – ANTES”, adjudicada à Firma A.M. CACHO & BRÁS, LDA., pelo valor de 175.623,40€. -----

10. ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO PAVILHÃO MUNICIPAL DO LUSO – RELATÓRIO DE ANÁLISE DA PROPOSTA: -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento do Despacho do Senhor Presidente, exarado em 30/11/2010, que aprovou o Relatório de Análise da única proposta apresentada ao concurso público mencionado em epígrafe, bem como a adjudicação do Direito de Exploração do Bar do Pavilhão Municipal do Luso ao “Atlético Clube do Luso”, pelo valor total de 300,00€ (trezentos euros), para o período de um ano de duração do contrato, e nas demais condições estabelecidas no respectivo Caderno de Encargos. -----

11. TRANSPORTES ESCOLARES – PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE PASSE ESCOLAR: -----

A Câmara Municipal analisou o requerimento registado nos serviços municipais sob o número 10339, em 15/11/2010, e deliberou, por unanimidade, com

fundamento na informação da Técnica de Serviço Social, Dr. Isabel Gaspar, datada de 26/11/2010, isentar o requerente do pagamento do passe escolar. - Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

12. PAVILHÃO MUNICIPAL DE BARCOUÇO - INFORMAÇÃO: -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os preços a praticar pela utilização do Pavilhão Municipal de Barcouço, nos termos da Informação do Técnico Superior de Desporto, Luís Simões, datada de 02/12/2010, que se dá como integralmente reproduzida para todos os efeitos legais e que será arquivada na Pasta Anexa ao Livro de Actas n.º 79. A Tabela de Preços do Município de Mealhada, aprovada por deliberação da Câmara Municipal de 30 de Dezembro de 2009, deve ser actualizada pelos serviços em conformidade com a presente deliberação. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

13. EMPREITADA “REABILITAÇÃO DA RUA DAS FERRUGENS E LARGO DO CEMITÉRIO – ANTES” – INFORMAÇÃO N.º 128/2010: -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento do Despacho do Senhor Presidente, exarado em 17/11/2010, que aprovou a Informação n.º 128/2010, sobre a empreitada mencionada em epígrafe. -----

14. LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES – ANÁLISE DE PROCESSOS DE OBRAS: -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos processos de obras deferidos por despachos de 25 de Novembro a 07 de Dezembro, proferidos pelo Senhor Vereador com competência delegada, José Carlos Calhoa Morais, no exercício das competências que lhe foram delegadas e subdelegadas pelo Presidente da Câmara no Despacho n.º 38/2009, de 29 de Outubro. -----

PROCESSO N.º 22/2010/292 – JOSÉ MANUEL DOMINGOS CORREIA. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, dispensar o requerente da obrigação de criação de três lugares de estacionamento (1 privado e 2

públicos), de acordo com as informações técnicas n.º 4, de 12/11/2010 e n.º 5, de 06/12/2010. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

AUSÊNCIA DE VEREADORA – A Senhora Vereadora Arminda Martins, ausentou-se da Reunião às 17 horas e 30 minutos. -----

PROCESSO N.º 22/2005/581 – HORÁCIO MELO DA CRUZ. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, não declarar a caducidade, face à exposição apresentada pelo requerente em 26/10/2010, e conceder o prazo de 720 dias para a conclusão dos trabalhos. -----

PROCESSO N.º 22/2005/113 – MARIA MOREIRA LOPES SALDANHA. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, reconhecer o interesse na conclusão da obra a que se refere o processo mencionado em epígrafe, por não ser aconselhável a sua demolição por razões ambientais, urbanísticas, técnicas e económicas, devendo para o efeito ser concedida licença especial para conclusão da obra, ao abrigo do disposto no art.º 88.º, n.º 3, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. A licença especial dá lugar a aditamento ao alvará, devendo o interessado requerer o mesmo no prazo de um ano. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

COMPARÊNCIA DE VEREADORA – A Senhora Vereadora Arminda Martins, compareceu na Reunião às 17 horas e 35 minutos. -----

ASSUNTO FORA DA ORDEM DO DIA: Nos termos do disposto no art.º 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, analisar o assunto que não consta da ordem do dia, que a seguir se indica: -----

1. PROPOSTA DE RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL DE UM TRABALHADOR PARA OCUPAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO DO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MEALHADA – PROPOSTA N.º 26/2010. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta n.º 26/2010, apresentada pelo Senhor Presidente que a seguir se transcreve: -----

-----**PROPOSTA N.º 26/2010**-----

PROPOSTA DE RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL DE UM TRABALHADOR PARA OCUPAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO DO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MEALHADA ----

CONSIDERANDO QUE: -----

A Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, veio aprovar um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC); -----

Entre as várias medidas aprovadas para prossecução do objectivo de redução do défice e de contenção da despesa pública conta-se a que vem impor o controlo do recrutamento de trabalhadores na Administração Pública; -----

Se prevê no n.º 1 do artigo 9.º desse diploma que os órgãos e os serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação objectivo definido no artigo 3.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações), - entre os quais se incluem as Autarquias Locais - não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objecto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída; -----

Não obstante, está prevista no n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010, a possibilidade de ser aprovado um *recrutamento excepcional*, o qual está dependente, na Administração Local, da verificação dos seguintes requisitos cumulativos: -----

➤ Fundamentação na existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a eventual carência dos recursos humanos no sector de actividade a que se destina o recrutamento bem como a evolução global dos recursos humanos do município em que o serviço se integra; ----

➤ Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade. -----

A autorização para o referido recrutamento excepcional compete à Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010; -----

Se torna premente proceder à ocupação de um posto de trabalho previsto no Mapa de Pessoal, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, para fazer face a necessidades

permanentes da Divisão de Obras Municipais, mais precisamente de controlo de stocks existente no estaleiro municipal, sob pena de, a breve prazo, poder ser posta em causa a continuidade deste serviço, uma vez que o mesmo tem vindo a ser assegurado por uma pessoa contratada a termo resolutivo certo; -----

Por força do disposto no n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, é obrigatório que o recrutamento para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado se inicie sempre de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida; -----

Só quando tal não seja possível, é que se pode proceder ao recrutamento de trabalhadores contratados a termo resolutivo ou de pessoas sem qualquer relação jurídica de emprego público; -----

Por razões de celeridade e de economia processual, deve prever-se, previamente à abertura dos procedimentos concursais, que na impossibilidade de recrutar trabalhadores titulares de contrato por tempo indeterminado, o recrutamento de trabalhadores contratados a termo ou de pessoas sem qualquer relação jurídica de emprego público possa ser feito no âmbito do mesmo procedimento concursal; -----

PROPONHO, -----

À Câmara Municipal de Mealhada, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010, o recrutamento excepcional de um trabalhador, com a categoria de assistente operacional para ocupação de um posto de trabalho que se encontra vago na Divisão de Obras Municipais, no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mealhada, de entre trabalhadores contratados a termo ou sem relação jurídica de emprego público previamente constituída, no caso de, no procedimento concursal que for aberto para o efeito, se verificar a impossibilidade de recrutamento de um trabalhador com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida. -----

Mealhada, 06 de Dezembro de 2010 -----

O Presidente da Câmara Municipal, Carlos Alberto da Costa Cabral -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

— E, não havendo mais assuntos a tratar foi pela Senhora Vice-Presidente da Câmara declarada como encerrada a reunião, pelas 17 horas e 40 minutos. -----

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por mim, _____, *Cristina Maria Simões Olívia*, e pelo Senhor Presidente da Câmara, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.
